

## Indicações

*Na Sessão Ordinária de segunda-feira (3) os vereadores apresentaram 13 indicações*

**Indicação 108/2017** de autoria do vereador Marinho Thimoteo, que indica à Prefeita Municipal a criação de uma ferramenta virtual em que os munícipes possam apontar problemas e cobrar melhorias dos serviços públicos.

**Indicação 109/2017** de autoria do vereador Junior Baptista, que indica à Prefeita Municipal parceria entre a Prefeitura e a Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, por meio do Departamento Municipal de Obras e Serviços Públicos.

**Indicação 110/2017** de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a construção de guaritas ou cobertura nos pontos de ônibus que são utilizados pelos moradores do Conjunto Habitacional D. Lina Leuzzi e do Conjunto J2.

**Indicação 111/2017** de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal reparo na iluminação da Rua André Luiz Briso, localizada na Vila Nova.

**Indicação 112/2017** de autoria do vereador Junior Baptista, que indica à Prefeita Municipal a realização da troca de lâmpada em poste localizado na Rua Manoel Antonio Vilarquides, altura do nº 43, no bairro Jardim das Oliveiras.

**Indicação 113/2017** de autoria do vereador Junior Baptista, que indica à Prefeita Municipal a instalação de postes e iluminação em pontos específicos da Av. José Lino de Paiva, no bairro Vila Galdino.

**Indicação 114/2017** de autoria do vereador Serginho e outros, que indica à Prefeita Municipal a instalação de semáforos, placas e sinalização de solo, além de redutores de velocidade na Av. Sete de Setembro, no trecho compreendido entre a Av. Nicanor Pereira, Rua Jair Garcia Nogueira e Anibal Marques, nas proximidades do Estádio Municipal.

**Indicação 115/2017** de autoria do vereador Vitor Bini, que indica à Prefeita Municipal estudos para adequação de um espaço de livre criação destinado a jovens empreendedores na Biblioteca Municipal.

**Indicação 116/2017** de autoria do vereador Vitor Bini, que indica à Prefeita Municipal um sistema de parcerias junto às usinas sucroalcooleiras do município quando da renovação da frota de veículos.

**Indicação 117/2017** de autoria do vereador Dr. Ricardo, que indica à Prefeita Municipal a remodelação da Av. Paraguaçu, a partir da Rua XV de Novembro até a Av. Brasil, tornando-a mão única com estacionamento em 45 graus.

**Indicação 118/2017** de autoria do vereador Vitor Bini, que indica à Prefeita Municipal a regulamentação das ruas centrais, em especial aquelas onde é disposto o estacionamento do tipo 45 graus.

**Indicação 119/2017** de autoria do vereador Vitor Bini e outro, que indica à Prefeita Municipal estudos para construção e viabilização de novos distritos industriais, destinados ao setor industrial e às pequenas microempresas.

**Indicação 120/2017** de autoria do vereador Vitor Bini, que indica à Prefeita Municipal melhor explicação sobre o holerite dos funcionários públicos municipais quanto ao cálculo de horas extras e adicionais noturno, insalubridade e outros.



Sessão Ordinária de 3 de abril

## Requerimentos

*Vereadores fazem questionamentos à Prefeita Municipal e ao presidente do Banco do Brasil*

Na Sessão Ordinária de segunda-feira, 3 de abril, a Câmara de Vereadores aprovou 6 requerimentos.

**Requerimento 25/2017**, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio dos vereadores Josimar Rodrigues e Junior Baptista, que requer à Prefeita Municipal informações referentes ao reajuste concedido ao Programa de Alimentação do Servidor - Cartão PAS.

No dia 18 de março de 2017, foi publicado no Jornal A Semana o Decreto 6.103 de autoria da Prefeita Municipal, que promove o reajuste de 4,76% no valor do Cartão PAS, passando de R\$ 303,42 para R\$ 317,86, a partir de 1º de abril.

Segundo o vereador Serginho “esse reajuste ficou muito abaixo do prometido pela Prefeita durante a campanha, que em uma entrevista disse que seria estudada melhoria para os servidores públicos, e que daria de imediato um aumento no valor do PAS, passando para 500 reais”. O requerimento questiona por que o valor do PAS não foi reajustado para 500 reais; e se existe a possibilidade de ainda neste primeiro semestre ocorrer o prometido aumento.



**Requerimento 27/2017**, de autoria do vereador Junior Baptista, com assinatura de apoio dos vereadores Serginho, Josimar Rodrigues e Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações quanto ao valor cobrado a título de imposto predial e territorial urbano (IPTU) de nosso município.

O vereador Junior Baptista explicou: “Moradores de diversos bairros da cidade nos procuraram questionando os aumentos verificados em seus imóveis. Em alguns casos, com alíquota de 6% e 4%, representando 100% e 200% a mais de imposto. Segundo informações extraoficiais estaria sendo feito o reenquadramento dos imóveis quanto à sua classificação,

especialmente quanto aos códigos e categorias de uso utilizados para apuração de seu valor venal, porém, está sendo cobrado um valor abusivo e fora da realidade do contribuinte”.

O requerimento questiona o que justificou o aumento; se houve uma mesma alíquota definida sobre todos os imóveis; se existe nova base de cálculo e como foi estabelecida; e se há a possibilidade de rever esses aumentos.



**Requerimento 28/2017**, de autoria do vereador Junior Baptista, com assinatura de apoio dos vereadores Serginho, Josimar Rodrigues e Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações sobre os equipamentos de segurança dos servidores ocupantes do cargo de coletor no quadro da Administração Pública.

Os coletores de lixo são trabalhadores que exercem atividade extremamente deletéria, e precisam utilizar os equipamentos de proteção individual (EPIs). Aos coletores de resíduos doméstico e seletivo, o uniforme deve ser composto de calça, camisa e boné.

É primordial que as calças e camisas tenham faixa reflexiva para a proteção em ambientes de baixa iluminação, ou seja, para trabalhadores que trabalham à noite.

O uniforme padrão deve ser manufaturado em brim de qualidade, que ajuda na prevenção de acidentes com objetos perfurocortantes. Para as mãos, a luva é um EPI de extrema importância, assim precisa ser tricotada em fio de algodão e aramida na palma, dedos e dorso. Seu revestimento deve possuir nitrílico granulado na palma e dedos.

Faz-se necessário também um bom creme bacteriostático para as mãos. O calçado deve ter conforto e qualidade, características que não podem ser separadas. Seu fechamento deve ser por meio de cadarço, confeccionado em couro curtido ao cromo, palmilha sintética, solado de poliuretano, para dar segurança. A capa de chuva, com capuz, pode ser produzida em tecido laminado de PVC, com fechamento frontal. E ainda não pode faltar protetor solar UVA/UVB. Os trabalhadores devem utilizá-lo no início de cada turno e durante a jornada.

“Apesar disso, tudo o que temos presenciado são coletores sem os devidos equipamentos para sua segurança e temos ouvido relatos de alguns desses servidores sobre a ocorrência de acidentes constantes, justamente por estarem desprovidos dos equipamentos, o que, de acordo com informações, não é disponibilizado há anos pelo Poder Público Municipal.

Assim, não há como servidores que recebem uma baixa remuneração terem que gastar seus poucos recursos com equipamentos para serem utilizados no desempenho de suas atividades, uma vez que é obrigação da administração pública disponibilizar os devidos EPIs”, disse o vereador Junior Baptista.

**Requerimento 29/2017**, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, com assinatura de apoio dos vereadores Luciana da Adepta, Serginho, Josimar Rodrigues e Junior Baptista, que requer à Prefeita Municipal informações sobre o cumprimento na íntegra das Leis Complementares 02 e 03 de 22/09/1997.

Sobre o assunto, o vereador Paraná do Sindicato disse: “Desde o início do mandato da atual Administração, temos sido cobrados acerca do descumprimento de direitos e benefícios devidos aos servidores públicos e aos profissionais do magistério público municipal. Sabedor que tais direitos e benefícios são desde gestões anteriores, é importante que a atual Administração esteja se adequando com o objetivo de regularizar as atuais condições e garantir o fiel cumprimento das referidas leis”.

O requerimento traz os seguintes questionamentos: é oferecido o benefício de cursos de qualificação estabelecidos aos servidores?; é pago o adicional de nível universitário aos servidores?; o pagamento de adicional de insalubridade é pago sobre o vencimento do cargo efetivo?;

o pagamento de adicional noturno, com a redução devida da hora de trabalho noturno é pago?; é pago o adicional salário-família e o direito ao auxílio-natalidade aos servidores?



**Requerimento 30/2017**, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio do vereador Josimar Rodrigues, que requer ao presidente do Banco do Brasil informações sobre junção da das agências do Banco do Brasil no município de Paraguaçu Paulista.

O Banco do Brasil anunciou que 402 agências seriam fechadas, 379 seriam transformadas em postos de atendimento e 31 superintendências em diversos municípios seriam encerradas. Com a reorganização, 222 agências seriam fechadas apenas no Estado de São Paulo e uma delas foi em Paraguaçu Paulista, a da Praça Nove de Julho.

Assim, o Banco do Brasil em nossa cidade reduziu o número de agências e conta atualmente com uma única agência, com um quadro insatisfatório de caixas, mesários e caixas eletrônicos. Neste contexto, a demanda é muito grande e o atendimento não atende de forma adequada os usuários.

“O Banco do Brasil é o único estabelecimento bancário responsável por receber o pagamento do IPTU em nossa cidade neste ano. Diante disso, o fluxo de cidadãos aumentará ainda mais, não somente neste mês de março, mas durante todo o ano, uma vez que a maioria da população opta em pagar o imposto em 10 parcelas. O aumento do número de caixas, mesários e caixas eletrônicos para atender os clientes é uma reivindicação dos paraguaçuenses”, explicou o vereador Serginho.

**Requerimento 31/2017**, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio do vereador Josimar Rodrigues, que requer à Prefeita Municipal informações quanto à fiscalização da Lei Municipal 2.677/2009, que trata do tempo de atendimento aos usuários pelas agências bancárias.

A demora no atendimento pelas agências bancárias sempre foi assunto que gerou muitas reclamações. Com o tempo, os bancos foram enxugando o quadro de funcionários e colocando caixas eletrônicos para os usuários efetuarem suas transações. Porém, a demanda é grande e existem várias operações que são realizadas no caixa comum, bem como problemas que são resolvidos junto aos setores de atendimento de pessoas físicas.

### Ian Salomão se reúne com o vice-governador do Estado

Em nosso município existe uma Lei que estabeleceu o tempo máximo de atendimento aos usuários das agências bancárias, que é de até 20 minutos em dias normais. Essa Lei, de interesse local, visa proteger os cidadãos em suas relações com os bancos, fixando tempo razoável para que todos sejam atendidos com o devido respeito.

“Com esse requerimento queremos informações sobre esse assunto, para que possamos saber se a Lei Municipal vem sendo cumprida a contento”, disse o vereador Serginho.



Sessão teve 6 requerimentos aprovados

O vereador e presidente da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, Ian Salomão, esteve em São Paulo na última terça-feira, 4 de abril, onde se reuniu com o vice-governador do Estado de São Paulo, Márcio França.

Na ocasião, o vereador Ian Salomão solicitou ao vice-governador recursos para as áreas da saúde e esporte em nossa cidade, assim como a viabilização do programa “Via Rápida Emprego”, que é um programa do Governo do Estado, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI), que oferece cursos básicos de qualificação profissional.

“O vice-governador foi muito receptivo e assumiu compromisso em não medir esforços para viabilizar recursos em prol de Paraguaçu Paulista”, disse Ian Salomão.



Ian Salomão com Márcio França

### Extraordinária

#### Câmara aprova projetos do Executivo

Em Sessão Extraordinária realizada na sexta-feira (7), a Câmara de Vereadores aprovou dois projetos de autoria da Prefeita Almira Garms. Confira:

**Projeto de Lei 8/2017**, que dispõe sobre autorização para abertura de créditos especial e suplementar ao Orçamento Programa 2017, no departamento de educação, departamento de saúde e gabinete da Prefeita, visando a execução/manutenção de projeto e atividades.

Os créditos têm o valor global de R\$ 431.183,84 e serão utilizados para: reforma e ampliação de unidades escolares, no pagamento de despesas com obras e instalações; implementação UBS, no pagamento de despesas com equipamentos de material permanente; aquisição de balanças antropométricas; conclusão da obra Creche Vila Nova, localizada na Rua Jerônimo Vieira esquina com a Rua José Furniel; e manutenção do CIVAP e SAMU.

**Projeto de Lei 9/2017**, que autoriza o parcelamento de débitos com a União, visando a restituição de recursos ao Governo Federal e regularização da prestação de contas do Convênio 704832/2009 - revitalização do prédio do antigo Paço Municipal.



### Adote uma Praça

O total geral de débitos, relativo ao período de 27 de julho de 2011 a 21 de março de 2017 é de R\$ 410.992,21, conforme demonstrativo enviado pelo Ministério da Cultura. Os débitos serão corrigidos pela Taxa SELIC com juros simples de 1% ao mês. O parcelamento dos débitos será feito em 36 parcelas mensais.

O referido convênio foi celebrado com o Governo Federal por intermédio do Ministério da Cultura com o objetivo de revitalizar o prédio do antigo Paço Municipal, centro, e transformá-lo num Espaço Cultural. O valor total do investimento era de R\$ 375.000,00, sendo 300 mil reais de repasse e 75 mil de contrapartida do município.

A análise da prestação de contas do convênio iniciou-se em agosto de 2012 pelo Ministério da Cultura, que resultou na reprovação parcial dos valores, e determinou ao município a devolução do valor repassado.

Segundo o Departamento Municipal de Administração e Finanças, foi solicitada prorrogação do convênio, visando obter tempo para sanar tais pendências, porém, a mesma foi recusada pelo Ministério da Cultura, que argumentou que a vigência do convênio havia expirado em 2 de julho de 2011 e não caberia mais prorrogação, devendo ser providenciada a devolução dos recursos corrigidos.

Tal devolução é necessária para regularizar a prestação de contas junto ao Ministério da Cultura e evitar que o município conte como inadimplente no CAUC – Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias.

### *Câmara aprova projeto para recuperação de logradouros públicos*

Reunida em Sessão Extraordinária na sexta-feira (7), a Câmara de Vereadores aprovou o **Projeto de Lei 7/2017**, de autoria da Prefeita Almira Garms, que reformula o programa de adoção de praças e canteiros públicos. A Lei Municipal 2.332, de 14 de junho de 2004, criou o referido programa, com a finalidade de manutenção e preservação de áreas verdes por empresas, associações, clubes de serviços e pessoas físicas. Apesar de pioneira, a lei em questão não foi regulamentada à época e nem o programa foi implantado até os dias de hoje.

Assim, o projeto visa reformular a lei, passando a designar o programa como “Adote Uma Praça”. Reformulado nos moldes de experiências exitosas realizadas por outros municípios, como São Paulo e outros, o programa pretende estimular a parceria do poder público municipal e a iniciativa privada, para recuperação, urbanização e manutenção de logradouros públicos.

O “Adote Uma Praça” tem como objetivos: aprimorar e viabilizar os serviços de recuperação, manutenção e conservação de praças, canteiros, rotatórias e demais áreas públicas municipais, em parceria com a iniciativa privada; fomentar e viabilizar ações da iniciativa privada para a conservação, execução e manutenção de melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas de praças e áreas verdes;

aperfeiçoar as condições de uso dos espaços públicos municipais e entornos, com implantação de melhorias da iluminação, jardinagem, limpeza, acesso público à internet e segurança; e incentivar a instalação e manutenção de mobiliário urbano na sede e distritos municipais, que atendam as melhores práticas ambientais e sociais.

Ao departamento de obras e serviços públicos caberá constituir comissão para articular a implantação do programa. A comissão será composta por dois representantes, um titular e um suplente, de cada um dos seguintes órgãos: de Obras e Serviços Públicos, de Meio Ambiente e Projetos Especiais, e de Planejamento. Poderão participar do programa as pessoas físicas, isoladamente ou em grupo (vizinhos, amigos, alunos de uma instituição de ensino, funcionários de uma empresa e outras), e as pessoas jurídicas, como empresas, clubes de serviços, associações de moradores, organizações não governamentais e outras.

A participação no programa será formalizada por meio da celebração de um termo de cooperação, assinado entre o município e o cooperante privado. O período de vigência do termo será de até 48 meses, prorrogável, a critério da Administração Municipal e do cooperante privado. Ao cooperante privado será permitida a colocação de placa indicativa da colaboração, com as informações sobre o cooperante ou sinal distintivo com símbolos comerciais ou logomarcas, além dos dados da cooperação celebrada com o Poder Público Municipal, e seguirão modelos previamente estabelecidos pelos órgãos municipais competentes.

## COOPACAM

### *Vereadores se reúnem com membros da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis*

Na manhã de quarta-feira, 12 de abril, estiveram reunidos com os vereadores na Câmara Municipal membros da Cooperativa Paraguaçuense de Catadores de Materiais Recicláveis, a Coopacam.

A Coopacam procurou os vereadores buscando apoio, para que ajudem na divulgação dos dias das coletas dos materiais, e também quanto à conscientização da população, para que separe e guarde os materiais reciclados, destinando posteriormente à Cooperativa, nos dias em que os membros passam pelos bairros de Paraguaçu Paulista.

Os membros explicaram que, infelizmente, algumas pessoas que não são membros da Cooperativa têm feito a coleta antecipadamente, o que tem prejudicado o importante trabalho realizado pela Coopacam. Por isso, é fundamental que a população não coloque os materiais junto ao lixo comum, e aguarde o dia correto para o recolhimento.

A Cooperativa tem o objetivo de contribuir com a qualidade de vida dos cidadãos paraguaçuenses, por meio da conscientização da população na separação e destinação correta das embalagens pós-consumo, além de ser um espaço de geração de trabalho e renda para algumas famílias.

Os vereadores se mostraram bastante dispostos a colaborar, e irão divulgar em suas redes sociais esse relevante trabalho feito em Paraguaçu Paulista pela Coopacam. As reivindicações da Cooperativa também deverão ser estudadas pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara.

Estiveram presentes na reunião os vereadores Neide Teodoro, Luciana da Adepta, Vitor Bini, Serginho, Márcio da São José e Josimar Rodrigues, e a assessora do vereador Paraná do Sindicato.

#### Data das coletas nos bairros:

**Segunda-feira:** Barra Funda, Vila Antônio Simões, Conjunto Joaquim Leite, Conjunto Humberto Soncini, Vila Tancredo Neves e Vila Servidor Público.

**Terça-feira:** Panambi, Prianti, Jardim Aeroporto, Jardim Alvorada e Centro (do Panambi até Av. Paraguaçu)

**Quarta-feira:** Vila Nova, Galdino, Bela Vista, Jardim América e Jardim Tênis Clube.

**Quinta-feira:** Vila Affini, Vila Athaide, Jardim Paulista e Centro (da Av. Paraguaçu até Av. Victor Labate).

**Sexta-feira:** Vila Marim, Vila Gammon, Jardim das Oliveiras, Conjunto Aldo Paes Leme, Mário Covas, Francisco Roberto, Murilo Macedo, Antônio Pertinhez e Distrito Industrial.



Vereadores com membros da Coopacam